



MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO, FINANÇAS E ECONOMIA AZUL

Gabinete de Reforma da Gestão das Finanças Públicas

PARFIP II

Reforma da Gestão das Finanças Públicas

Relatório do 2º Trimestre de 2022

GARFIP

Agosto de 2022



REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

(Unidade-Disciplina-Trabalho)

MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO, FINANÇAS E ECONOMIA AZUL

Relatório Trimestral das Reformas

(Abril, Maio e Junho)

T2-2022

PARFIP II

Plano de Acção para a Reforma da Gestão das Finanças Públicas II

GARFIP

Gabinete de Reforma da Gestão das Finanças Públicas

São Tomé, Agosto de 2022

ÍNDICE

LISTA DE ABREVIATURAS	5
RESUMO EXECUTIVO	7
I. INTRODUÇÃO	10
II. ACTIVIDADES DO PARFIP II – 2º Trimestre do Ano 2022	12
PO. B - Operacionalização do Dispositivo Institucional para a implementação das Reformas	13
<i>B.1. Formalização e operacionalização da equipa nuclear do GARFIP</i>	13
<i>B.4. Formação para a implementação das reformas</i>	13
<i>B.5 Priorização dos programas e das actividades do PARFIP II</i>	13
PO.1 - Melhoria da qualidade do planeamento a médio prazo e orçamentação com base em Políticas	14
<i>Processo de elaboração do orçamento melhorado</i>	14
<i>Previsões macro-fiscais sólidas</i>	17
<i>QDMP Global</i>	19
PO.2 Melhoria do processo da gestão e arrecadação da receita	20
<i>Modelo de gestão com base em resultados</i>	20
<i>Melhoria da Gestão da Receita</i>	23
<i>Auditoria Eficaz</i>	24
<i>Volume de atrasados conhecidos e controlados</i>	24
PO.3 - Melhoria da Gestão da Dívida Pública e da Tesouraria	25
<i>Modernização da Gestão da dívida pública</i>	25
<i>Tesouraria</i>	26
PO.4 - Elaboração dos mecanismos de monitoria e de Governança das Entidades Extra-orçamentais e Empresas Públicas	28
<i>Governança Reforçada das EP's</i>	28
<i>Governança e Monitoria das Entidades Extra-Orçamentais</i>	30
PO.5 - Optimização da gestão do Investimento	31
<i>Quadro Institucional do sistema de Investimento público reforçado</i>	31
<i>Qualidade dos projetos de investimento melhorada</i>	32
<i>Sistema de M&A funcional</i>	34
<i>Alocação de Recursos otimizada</i>	34
<i>Quadro Global da APD melhorado</i>	35
PO.6 - Melhoria da execução orçamental e Alargamento da abrangência dos controlos internos e da auditoria interna	36
<i>Melhoria do mecanismo de controlos internos</i>	36
<i>Controlo de despesas salariais eficiente</i>	37
<i>Abrangência da auditoria interna alargada</i>	37

<i>Sistema de Aquisições e Património melhorado</i>	38
<i>Sistemas de informação funcionais</i>	40
PO.7 - Contabilidade e Relato Financeiro (incluindo as prestações de Contas dos Governos Subnacionais	41
<i>Melhoria da qualidade da informação produzida</i>	41
<i>Produção atempada de Relatórios</i>	42
PO.8 – Reforço do escrutínio Parlamentar e da auditoria externa	44
<i>Qualidade e cobertura da auditoria externa reforçada</i>	44
<i>Sistemas de informação de suporte da auditoria externa funcionais</i>	45
<i>Cobertura da auditoria aumentada</i>	45
III. PARFIP II – Execução do Orçamento - T2 de 2022	46
IV. Próximos passos	49

LISTA DE ABREVIATURAS

AFRITAC	Centro Regional de Assistência Técnica da África Central do FMI
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
CFMP	Cenário Fiscal de Médio-Prazo
CGE	Conta Geral de Estado
COSSIL	Gabinete de Coordenação e Seguimento do Sistema de Licitações
DAF	Direcção Administrativa Financeira
DCP	Direcção de Contabilidade Pública
DGA	Direcção Geral das Alfândegas
DGAP	Direcção Geral de Administração Pública
DI	Direcção de Impostos
DITEI	Direcção de Informação e Tecnologia
DO	Direcção do Orçamento
DP	Direcção de Planeamento
DPE	Direcção do Património do Estado
DT	Direcção de Tesouro
EMAE	Empresa de Água e Electricidade
ENAPORT	Empresa Nacional de Administração dos Portos
ENASA	Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea
ERGFP	Estratégia de Reforma de Gestão das Finanças Públicas
FMI	Fundo Monetário Internacional
GARFIP	Gabinete de Reforma de Gestão das Finanças Públicas
GFP	Gestão das Finanças Públicas
IGF	Inspeção Geral das Finanças
MPFEA	Ministério do Planeamento das Finanças e Economia Azul
OGE	Orçamento Geral do Estado
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PARFIP II	Plano de Acção para a Reforma das Finanças Públicas em STP II

PEFA	Despesas Publicas e Responsabilidade Financeira
PNUD	Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento
QDMP	Quadro de Despesa de Médio-Prazo
QDS	Quadro de Despesa de Médio-Prazo Sectorial
RAP	Região Autónoma do Príncipe
SAFE-e	Sistema Administração Financeira do Estado - electrónico
STP	São Tomé e Príncipe
TC	Tribunal de Contas
TdR	Termos de Referência
UE	União Europeia
UMF	Unidade Macro Fiscal

RESUMO EXECUTIVO

Contexto. O efeito da pandemia de coronavírus e as medidas de bloqueio total para contê-la lançou a economia mundial em uma recessão severa e São Tomé e Príncipe não foi uma excepção. Isto representou a recessão mais profunda desde a Segunda Guerra Mundial, com a maioria das economias a experimentar um declínio do produto per capita. Assim, estes eventos negativos, conjugados com a guerra da Ucrânia, continuam a impactar a economia de STP, até a presente data.

O desempenho da GFP abrange a gestão financeira pública no quadro de três resultados fiscais e orçamentais do governo que são: a realização de disciplina fiscal agregada, a alocação estratégica de recursos e a prestação eficiente de serviços públicos. Após a avaliação PEFA 2019, que identificou os principais pontos fortes e fracos da GFP, foi desenvolvida uma estratégia de reformas da gestão das finanças públicas (ERGFP) a ser implementada no período de 4 anos (2020-2023), através do Plano de Acção para a Reforma das Finanças Públicas II (PARFIP II).

Implementação das Reformas GFP. As acções do Plano de Actividades do PARFIP II para o 2º trimestre de 2022, foram implementadas a um ritmo razoável. Os avanços das actividades visando a melhoria dos indicadores do PEFA, e consequentemente almejando um melhor desempenho da GFP em STP, são resumidos no quadro seguinte, por programa operacional (PO):

Conforme Previsto	Atraso
1. Projeções macro-económicas (PO.1.2) 2. Cenário fiscal de médio prazo elaborado e funcional (PO.1.3) 3. Sistemas de informação Financeira e aquisições eficientes e integrados (PO.6.1) 4. Controles Internos reforçados (PO.6.2) 5. Qualidade da auditoria interna reforçada (PO.6.3) 6. Qualidade da auditoria externa ampliada (PO.8.1) 7. Escrutínio parlamentar efectivo (PO.8.3)	1. Integração dos quadros de despesa a médio prazo e orçamento (PO.1) 2. Aumento dos recursos internos (PO.2.1) 3. Auditoria com base no risco (PO.2.3) 4. Instrumentos do quadro legal da dívida operacionais (PO.3.1) 5. Gestão da tesouraria reforçada (PO.3.3) 6. Sistema de Investimento Público aprovado (PO.5.1) 7. Selecção, orçamentação, e revisão independente da avaliação de projectos (PO.5.2) 8. Gestão, execução e monitoria do investimento (PO.5.3) 9. Cobertura e a qualidade dos relatórios financeiros acrescida (PO.7.1) 10. Utilização de normas internacionais (PO.7.2) 11. Informação financeira atempada (PO.7.3) 12. Seguimento das recomendações da auditoria externa reforçado (PO.8.2)

Atraso menor	Atraso Substancial
1. Cobrança dos impostos e taxas melhorada (PO.2.2) 2. Gestão da dívida reforçada (PO.3)	1. Monitoria e Governança das Entidades Empresas Públicas melhorada (PO.4.1) 2. Monitoria e Governança das Entidades Extra-orçamentais melhorada (PO.4.2)

As acções planeadas para o ano 2022 continuam concentradas nas que de momento dispõem de financiamento ou de assistência técnica prevista, procurando-se ter a flexibilidade de adaptar o Plano de Actividades em função da capacidade interna de realização e da disponibilização de financiamento no decurso do ano. Como a implementação de várias destas actividades estão atrasadas, enquanto outras implementadas pelo Governo não estão formalizadas, ou as que são financiadas pelos parceiros não sempre tem impacto na qualidade da GFP, como capturada pelo PEFA, o GARFIP, com a sua AT, iniciou a expansão do Piloto com a DO para a obtenção de “**Ganhos Rápidos**” para outras direcções e entidades envolvidas na GFP do País.

Os sucessos estão relacionados com os seguintes factores:

1. Fortalecimento institucional sólido para a implementação e a monitoria das reformas, com a actualização do estatuto do GARFIP, a participação activa e a formação dos Pontos Focais (PF's);
2. Engajamento do Ministro PFEA, dos Directores, dos PFs e dos técnicos do Governo na área da GFP;
3. Criação e funcionamento regular e satisfatório do CD, apesar de alguns atrasos por razões técnicas;
4. Criação e funcionamento regular da ID, com um engajamento relativamente satisfatório dos parceiros externos;
5. Apoio sólido e pro-activo da assistência técnica GFP da Delegação da União Europeia (DUE) ao GARFIP.

Os maiores desafios derivam de:

1. Atrasos na formalização de vários instrumentos como leis, despachos, orgânicas pelo Governo;
2. Os processos mais longos e os custos importantes para a actualização da Lei SAFE, a actualização e a substituição do SAFE-e e a elaboração e a operacionalização do e-SNIP;
3. Recursos limitados do Estado para financiar as reformas do PARFIP II;
4. Recursos limitados dos Parceiros para financiar as reformas do PARFIP II prioritárias com impacto directo nos indicadores do PEFA;

5. Informação muito limitada sobre os financiamentos previstos para os próximos anos, impedindo uma maior visibilidade a médio-prazo das acções previstas e a realização de planos de actividades e orçamentos pluri-anuais e anuais fiáveis;
6. Equipa do GARFIP incompleta pela falta de um/a contabilista e um/a jurista para a captação da informação financeira e a elaboração dos relatórios financeiros das reformas GFP e a elaboração e aprovação das novas leis, decretos e circulares na área da GFP; e
7. Atrasos no processo da adenda e prolongação do prazo do contrato da AT ao GARFIP pela DUE.

Principais Recomendações

1. Continuar a execução dos “Ganhos Rápidos”, permitindo a implementação de reformas inteligentes, já acordadas com as outras Direcções do Governo e Instituições relacionadas com a GFP;
2. Criar, no quadro da DT, um mecanismo de acompanhamento do status de implementação das recomendações constantes dos relatórios de auditoria efectuados às contas das EP's;
3. Continuar o processo de melhoria da governança das EP's e de elaboração de relatórios anuais sobre o sector empresarial do Estado;
4. Utilizar a Instância de Diálogo como um instrumento estratégico para a:
 - a. harmonização dos financiamentos dos parceiros externos e a sua concentração para a obtenção de resultados que melhorarem directamente os indicadores PEFA;
 - b. captação da informação financeira sobre a utilização dos fundos por actividade-trimestre e ano;
 - c. identificação atempada dos financiamentos previstos para os anos orçamentais N+1-2-3, visando a melhoria da informação das propostas orçamentais do OGE e para a elaboração dos Planos de Actividade e Orçamentos do PARFIP II;
5. Fortalecer a equipa da assessoria jurídica do MPFEA para agilizar a aprovação do quadro jurídico da GFP que está pendente;
6. Acompanhar de maneira activa o processo da adenda e prolongação do prazo do contrato da AT ao GARFIP pela Delegação da União Europeia

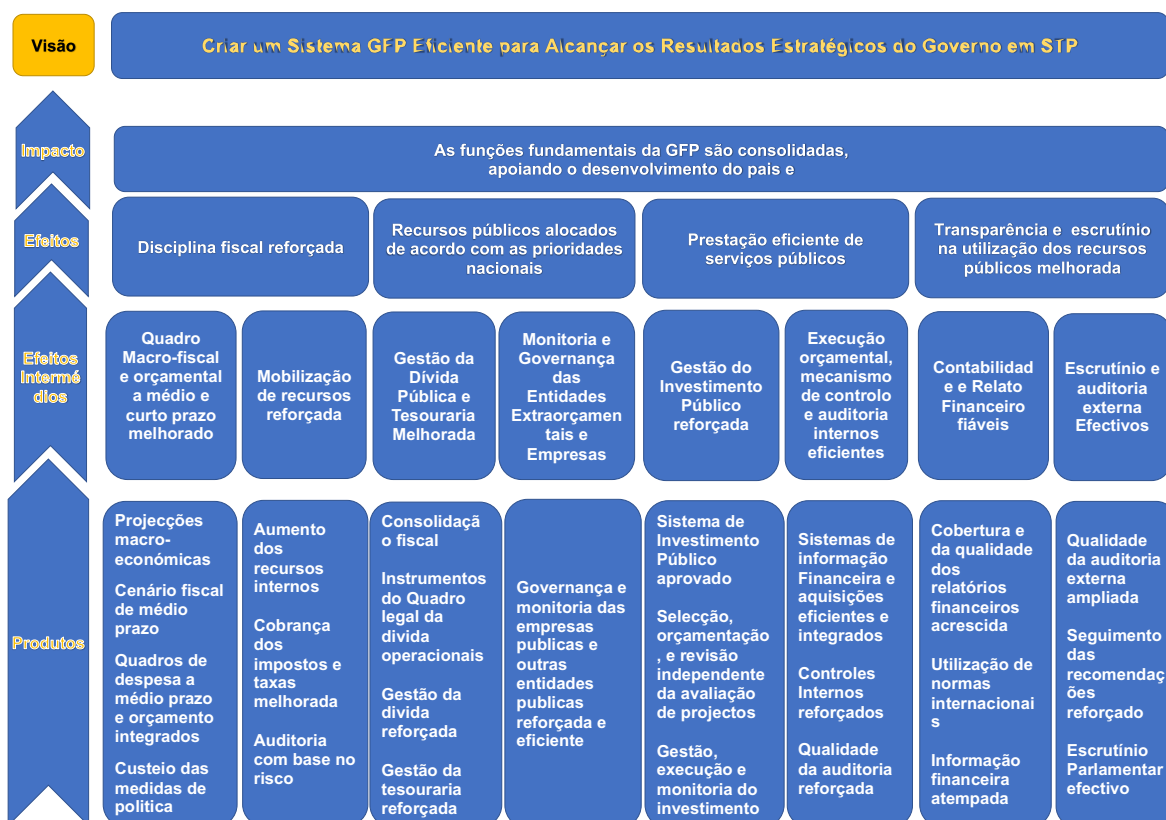
_____ //

I. INTRODUÇÃO

Informação básica sobre os programas Operacionais. A Estratégia de Reforma da Gestão das Finanças Públicas encapsula as aspirações do país no sentido de reforçar os sistemas de governação da GFP. Esta nova estratégia associada ao Plano de Acção para a Reforma da Gestão das Finanças Públicas II (PARFIP II), introduz uma mudança de paradigma: uma abordagem baseada em resultados para corrigir as lacunas que têm dificultado atingir os três resultados potenciais da GFP, os quais sejam aprofundar e melhorar a prestação de serviços de forma eficiente e eficaz, alocar recursos às prioridades estratégicas do país e alcançar e manter a disciplina fiscal.

As actividades implementadas durante o 2º trimestre estão alinhadas com o Plano de Actividade para 2022, bem como com a visão da ERGFP e os resultados esperados do PARFIP II.

Figura 1 - Impacto e Efeitos esperados da ERGFP



Ritmo de implementação. Verificou-se no 2º trimestre, uma recuperação do ritmo de implementação das actividades do PARFIP II.

O objectivo do relatório. O presente relatório tem como objectivo apresentar as actividades do PARFIP II realizadas durante o 2º trimestre do ano em curso, isto é, nos meses de Abril, Maio e Junho de 2022.

A estrutura do relatório:

O presente relatório está estruturado em **quatro capítulos**, para além de um resumo executivo: Na introdução (Capítulo I), expõe-se o enquadramento do tema, destacando a relevância da reforma da GFP; O Capítulo II descreve as **actividades realizadas no 2º trimestre do ano 2022 (T2-2022)**, no quadro da implementação dos Programas operacionais, incluindo o Programa básico de suporte (POB), conforme as respectivas componentes e medidas; O Capítulo III contém informação sobre a **execução financeira** relativa ao **T2-2022** do PARFIP II; e, por fim, no capítulo IV apresentam-se **os próximos passos**.

II. ACTIVIDADES DO PARFIP II – 2º Trimestre do Ano 2022

As acções previstas no Plano de Actividades para o ano 2022 do PARFIP II, enquanto instrumento de implementação da Estratégia de Reforma da Gestão das Finanças Públicas tiveram um ritmo de execução mais consentâneo com o previsto inicialmente, não obstante o facto do ritmo de implementação do ano de 2021, num contexto atípico devido a continuidade do choque da COVID-19, ter implicado **um deslizamento de facto do calendário previsto no PARFIP II**.

Em geral, as acções planeadas estão concentradas nas que de momento dispõem de financiamento ou assistência técnica prevista, procurando-se ter a flexibilidade de adaptar o Plano de Actividades em função da capacidade interna de realização e da disponibilização de financiamento no decurso do ano. Como várias destas actividades, financiadas pelos parceiros, não têm impacto imediato na qualidade da GFP, como capturada pelo PEFA, o GARFIP, com a sua AT, iniciou a extensão do Piloto de “**Ganhos Rápidos**” iniciado com a DO para outras direcções e entidades envolvidas na GFP do País.

A realização e o seguimento das actividades está ancorada na estrutura organizacional prevista no PARFIP II, na qual se destaca o papel dos Pontos Focais (PF's) designados em cada Direcção do MPFEA, na Assembleia Nacional e no Tribunal de Contas, com apoio transversal do GARFIP. Assim, reforçou-se a interação entre os PF's e o GARFIP, através da realização de um diálogo regular visando a recolha de informação, auscultação do ritmo de implementação do PARFIP II, possibilitando a re-orientação da implementação do PARFIP II.

Durante o período, com base nos encontros de trabalho com os PF's, elaborou-se o Relatório do 1º Trimestre da Reforma (RTR) do ano 2022 e do Plano de Actividades da Reforma para 2022, aprovados pelo Comité de Direcção (CD) da Reforma.

PO. B - Operacionalização do Dispositivo Institucional para a implementação das Reformas

O programa operacional básico (PO. B) visa a promoção dos dispositivos necessários, a nível organizacional e institucional, para a operacionalização eficiente das estruturas responsáveis pela implementação do PARFIP II, de modo que estas possam responder às necessidades específicas das reformas e assegurar a implementação destas com sucesso.

Este programa é transversal e não tem produtos diretos esperados na qualidade da GFP. No entanto, o facto de criar as condições institucionais e organizacionais para a sua realização, terá efeitos indiretos consideráveis na implementação com êxito dos demais programas operacionais.

Para a consolidação da operacionalização do dispositivo institucional necessário para a implementação das reformas foram executadas as seguintes acções estruturadas nas componentes abaixo:

B.1. Formalização e operacionalização da equipa nuclear do GARFIP

B.1.3 Confirmação da equipa Nuclear de GARFIP.

A equipa nuclear de GARFIP está funcional, pese embora a necessidade de se recrutar um jurista e um contabilista para o Gabinete, o que permitirá apoiar a elaboração de instrumentos legais necessários para a implementação da reforma, bem como suportará a prestação de contas financeiras, permitindo a execução e a monitoria eficiente do PARFIP II, através de uma equipa, com habilidades complementares no domínio das reformas da Gestão das Finanças Públicas (GFP).

B.4. Formação para a implementação das reformas

B.4.2 Assistência técnica para operacionalização detalhada do PARFIP e reforço da capacidade de coordenação e monitoria do PARFIP II

A equipa de Assistência Técnica (AT) continua a fazer um excelente trabalho, no sentido de orientar o GARFIP e as outras instituições implicadas na reforma, na implementação das mesmas, dando continuidade sobre a proposta abrangente de “Ganhos Rápidos”, estendendo o piloto iniciado com a Direcção do Orçamento (DO), o que permitirá melhorias significativas na GFP do País.

B.5 Priorização dos programas e das actividades do PARFIP II

B.5.2 Trabalhos com as entidades envolvidas nas reformas para a priorização das actividades

O trabalho com as entidades envolvidas, através dos PF's, continuou em bom ritmo durante o trimestre. Entretanto, espera-se uma maior disponibilização de informação, sobretudo dos parceiros de desenvolvimento para permitir ter acesso dos montantes disponíveis para a execução do PARFIP II.

PO.1 - Melhoria da qualidade do planeamento a médio prazo e orçamentação com base em Políticas

O programa operacional PO.1 visa definir um quadro em que existam instrumentos que suportam a melhor integração entre o Planeamento a médio-prazo e o Orçamento, a melhoria da análise quantitativa do orçamento, incluindo uma melhor previsão macro-económica e a projecção de receitas e de despesas de modo a estabelecer metas fiscais compatíveis com os objetivos de médio prazo.

Programa Operacional 1 - Objectivo e Produtos

Objectivo estratégico: Quadro Macro-fiscal e orçamental a médio e curto prazo melhorado

Produtos do Programa Operacional:

#	Produto	Status de Execução
Produto 1	Quadros de despesa a médio prazo e orçamento integrados	Atraso
Produto 2	Projeções macro-económicas	conforme previsto
Produto 3	Cenário fiscal de médio prazo elaborado e funcional	conforme previsto

Durante o período, para a consecução dos produtos foi executado o conjunto de acções, integradas nas componentes seguintes:

Processo de elaboração do orçamento melhorado

1.1.1 Aprovação do Plano Nacional de Desenvolvimento pela Assembleia Nacional

Relativamente ao PND, este plano foi submetido ao governo e aguarda-se a sua aprovação até a presente data.

1.1.2 Actualização da Lei SAFE para inclusão das melhores práticas (incluindo o QDMP. Orçamento Programa. orçamento anual...)

Situação actual

O processo de revisão desta lei foi iniciado com a elaboração dos Termos de Referência (TdR) para a criação de uma Comissão Multi-disciplinar para a coordenação e execução dos trabalhos relativos à actualização da Lei SAFE.

Foi igualmente elaborado um pedido oficial de Assistência Técnica ao Fundo Monetário Internacional (FMI) para apoio na revisão da Lei SAFE.

Perspectivas

Espera-se que, no 3º trimestre, com base nos TdR's, o Gabinete jurídico do MPFEA, com o apoio do GARFIP, elabore o Despacho Ministerial de criação desta comissão que, após a sua assinatura pelo Ministro, iniciará os seus trabalhos para a implementação desta actividade.

1.1.5 Articulação entre políticas, planeamento e orçamento

1.1.5.1 Formação para a elaboração do Orçamento Programático

Situação actual

Esta actividade foi incluída no plano de financiamento do projecto PRO-PALOP/TL, tendo-se dado início à actividade através da participação na Comunidade de Prática, integrando todos os PALOP's e TL, que teve início no dia 30 de Junho, na Cidade da Praia.

Perspectivas

A actividade terá continuidade através de uma troca de experiência com o Ministério das Finanças de Portugal, que se realizará no mês de Julho.

1.1.5.2. Refletir os programas dos planos nacionais e sectoriais, no classificador orçamental, e incluí-los na Planificação e Orçamentação

Situação actual

Esta actividade não foi realizada.

Perspectivas:

A actividade deverá ter continuidade durante o processo de preparação do Orçamento.

1.1.5.4 Definição de um roteiro para a implementação do QDMP

Situação actual

Os trabalhos de revisão e actualização do QDMP sectoriais entraram na sua fase final, tendo a Direcção do Planeamento recebido as propostas, actualizadas, dos seguintes ministérios: Ministério de Agricultura, Pescas e Desenvolvimento Rural; Ministério da Defesa e Ordem Interna; Ministério do Trabalho, Solidariedade, Família e Formação Profissional; Ministério da Educação e Ensino Superior; Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades; Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul; Ministério da Saúde. Ministério da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos, Ministério de Obras Públicas, Recursos Naturais e Energia.

Perspetivas

Para próximo trimestre perspectiva-se: a) a aprovação do quadro legal para a elaboração, implementação e avaliação do QDMP pelo Conselho de Ministros, e b) a aprovação dos QDMP sectoriais, que para serem integrados como *inputs* no processo do orçamento 2023.

1.1.5.6. Analisar e actualizar a proposta da orgânica da Direção do Orçamento

Situação actual

Sem quaisquer evoluções.

Perspectivas

Aguarda-se a aprovação do Diploma em Conselho de Ministros, antes do final desta legislatura.

1.1.6 Definição e obrigatoriedade da submissão à AN de toda a documentação da proposta do OE conforme as boas práticas

Situação actual

Durante o 2º trimestre, deu-se continuidade aos trabalhos, nomeadamente no que se refere à elaboração do Relatório de Risco Fiscal e a preparação de uma proposta de pré-orçamento.

Perspectivas:

Nos 2 próximos trimestres, serão finalizados a proposta de pré-orçamento, que apoiará a preparação do OE 2023, bem como dever-se-á concluir o Relatório de Risco Fiscal, que será parte integrante da proposta de OE para 2023

1.1.6.1 Formação em avaliação dos impactos fiscais das medidas de políticas públicas

Situação actual

Durante o trimestre foi definido, com o Ministério das Finanças de Portugal e o Banco de Portugal, um programa de trabalho que permitirá a deslocação a Portugal, no mês de Julho, de uma delegação composta de técnicos da UMF (DO, DP, INE e BCSTP) a Portugal, para uma acção de formação em análise macroeconómica, impactos fiscais das medidas de política pública.

Perspectivas

Terá lugar a acção de capacitação através da cooperação bilateral com Portugal, sendo os custos suportados pelo projecto Pro-PALOP/TL.

1.1.10. Integração dos marcadores de género no orçamento

1.1.10.1 Capacitação sobre a orçamentação sensível ao Género para os quadros do MPFEA e os Gabinetes de Estudos e Planeamentos (GEP's)

Situação actual

Realizou-se, entre os dias 7 e 10 de Junho, um workshop, ministrado pelo projecto PRO-PALOP/TL visando o reforço da capacidade de técnicos de todos os Ministérios, Instituto do Género e Câmaras Distritais em matéria de Orçamento Sensível ao Género. Esta acção visa permitir a integração da abordagem do género no Orçamento do Estado (OE) para 2023 e reforçar a capacidade para a definição de marcadores de género no OE 2023.

Perspectivas

Perspectiva-se que a análise de Género e a introdução de marcadores de género seja alargada a todo o Orçamento de 2023, aprofundando-se o piloto efectuado no OE 2022, com o sector de água e saneamento.

1.1.10.2 Integração da questão de Género na circular orçamental

Perspectivas

A circular para a preparação do OE 2023 incluirá as questões de Género.

Previsões macro-fiscais sólidas

1.2.1 Unidade macro-fiscal (UMF) Operacional

1.2.1.4 Capacitação em técnicas de previsão macro-económica, ferramentas de análise de conjuntura e programação financeira e modelização

Situação actual

Foi acordado com o Ministério das Finanças e o Banco de Portugal, no âmbito da cooperação bilateral e suportado por um financiamento do projecto Pro-PALOP/TL, a deslocação de uma delegação da UMF para a sua capacitação nos domínios da actividade. Igualmente, no âmbito de apoio do Banco Mundial, e para o reforço da capacidade da UMF, procedeu-se à avaliação das propostas de candidaturas para a contratação de uma assistência técnica para apoio *on-the-job* à UMF.

Perspectivas

Com vista ao reforço de capacidades dos técnicos da UMF deslocar-se-ão ao Ministério das Finanças de Portugal e ao Banco Central de Portugal para uma troca de experiência no domínio de previsão macroeconómico e fiscal, a elaboração, monitoria e avaliação do orçamento de estado, 6

técnicos da UMF, sendo 2 de Banco Central, 2 da Direção do Orçamento, 1 da Direção de Planeamento, 1 do Instituto Nacional de Estatística e 3 técnicos do GARFIP.

Espera-se que a AT de suporte à UMF inicie os seus trabalhos no 3º trimestre.

1.2.1.5 Elaboração do Manual de Funcionamento da UMF

Situação actual

Foi assinado pelo MPFEA um Despacho que actualiza a estrutura orgânica da UMF, instituindo o Comité dos Directores e novos procedimentos.

Perspectivas:

Perspectiva-se que, com a nova estrutura aprovada pelo Despacho, as projecções macro-económicas passem a ser formalmente validadas pelo Comité de Directores e posteriormente aprovadas pelo Ministro das Finanças, conforme as melhores práticas.

1.2.2 Produtos macro-fiscais

1.2.2.2 Projeções Macro-Económicas e riscos fiscais

Situação actual

No âmbito dos trabalhos desenvolvidos pela equipa técnica da UMF foram discutidos, com o FMI, as projecções macro-económicas e deu-se continuidade aos trabalhos de elaboração do Relatório de Riscos Fiscais.

Perspectivas

A próxima revisão e actualização das projecções macro-fiscais, para o horizonte 2022-2025, ocorrerá em Agosto de 2022.

Espera-se concluir no 3º trimestre a elaboração do relatório de riscos fiscais que fará parte integrante da proposta de Orçamento de 2023.

1.2.2.3 Cenário Fiscal de Médio Prazo (CFMP)

Situação actual

No âmbito dos trabalhos desenvolvidos pela equipa técnica da UMF foram actualizados os valores dos principais agregados orçamentais para o período 2022-2024.

Perspectivas

O CFMP será aprovado pelo Conselho de Ministros de modo a enquadrar o processo de preparação do OE para 2023.

1.2.2.4 Elaboração do documento da Estratégia Fiscal

Situação actual

Actividade não realizada.

Perspectivas:

Esta actividade será desenvolvida no 3º trimestre e contará com o apoio da assistência técnica financiada pelo Banco Mundial.

QDMP Global

1.2.3.4 QDMP submetido e aprovado pelo Governo e pela AN

Situação actual

Actividade não realizada.

Perspectivas:

O QDMP global será elaborado e enviado ao Conselho de Ministros para aprovação, depois da finalização e actualização dos QDMP's sectoriais.

PO.2 Melhoria do processo da gestão e arrecadação da receita

O Programa operacional visa criar as condições para o aumento do nível de recursos internos, através da introdução de novos impostos e da melhoria dos processos de gestão da receita

Programa Operacional 2 - Objectivo e Produtos

Objectivo estratégico: Mobilização de recursos reforçada

Produtos do Programa Operacional:

#	Produto	Status de execução
Produto 1	Aumento dos recursos internos	atraso
Produto 2	Cobrança dos impostos e taxas melhorada	atraso menor
Produto 3	Auditoria com base no risco	atraso

Durante o período, para a consecução dos produtos foram executados um conjunto de acções integradas nas componentes seguintes:

Modelo de gestão com base em resultados

2.1.6 Reorganização da DI - Revisão do estatuto orgânico

Situação actual

A proposta do novo Estatuto Orgânico foi revista, em sessões de trabalho efectuadas durante o mês de Maio, com apoio da consultoria do FMI.

Perspectivas

No quadro de uma missão do FMI, que se realizará de 26 de Julho a 05 de Agosto de 2022, finalizar-se a revisão do Estatuto Orgânico e efectuar-se-á o envio do mesmo ao Ministro de tutela, para efeitos de aprovação.

2.1.7 Revisão e do estatuto orgânico da DGA

Situação actual

O Estatuto orgânico foi concluído e remetido aos assessores seniores da DGA, da área jurídica e da área de administração, para apreciação final, antes da sua validação pelo DGA e submissão ao Ministro de tutela.

Perspectivas:

Espera-se que o novo Estatuto orgânico da DGA seja aprovado durante o 1º trimestre de 2023.

2.2.1 Plano de Implementação do IVA

Situação actual

Ao abrigo da autorização legislativa concedida pela Assembleia da República, o Governo procedeu à 1ª Alteração ao Código do IVA, tendo o Decreto-Lei sido promulgado pelo Presidente da República, encontrando-se nos Serviços de Reprografia para publicação.

Foram elaboradas as propostas de Decreto-Lei para a aprovação dos modelos eletrónicos da declaração periódica do IVA, bem como para instituição da obrigatoriedade dos sujeitos passivos do IVA de envio por transmissão electrónica de dados da declaração periódica, estando em curso a elaboração do diploma que cria a Caixa de correio electrónico e fiscal do contribuinte, que será de uso obrigatório para alguns sujeitos passivos do IVA.

No período, foram finalizados e aprovados os TdR para a selecção de um consultor para a elaboração de um Manual do IVA, com o financiamento do BM.

Perspectivas

Contratação do consultor para a elaboração e disseminação do Manual do IVA, com financiamento do BM, no início de 2023.

2.2.3 Aprovação e disseminação da alteração do Plano de Contas

Situação actual

Foi elaborada a proposta de Decreto-Lei¹ para alteração do plano OCAM de contabilidade geral das empresas e das obrigações em matéria contabilística, que deverá ser aprovada em Conselho de Ministros.

Perspectivas

Espera-se que no decurso do ano se possa efectuar a aprovação e publicação do novo Plano de Contas permitindo a sua entrada em vigor em 2023.

¹ Escolheu-se este instrumento legal em vez de Despacho, como anteriormente discutido

2.2.4 Formação dos 25 funcionários seleccionados

Situação actual

Os funcionários continuaram a beneficiar de acções de formação *on-the-job*, no quadro dos trabalhos realizados por funcionários seniores da DI.

2.2.5 Desenvolvimento e operacionalização do Sistema de Informação para a Gestão do IVA (SIT-IVA)

Situação actual

O NOSI efectuou a entrega da segunda “*release*” do SIT-IVA, estando os trabalhos a decorrer conforme programado e nos termos contratuais.

Durante o período, houve uma missão presencial da equipa do NOSI que teve como finalidade a formação dos formadores, a finalização do Manual de Utilizador e do Manual de Administração do Sistema, bem como o apoio na verificação das condições das infraestruturas tecnológicas para acolher o SIT-IVA.

Perspectivas

Prevê-se a entrega da 3ª e última “*release*” no início do terceiro trimestre e a entrada em produção durante o mês de Setembro. Devendo nesse período estar concluída a discussão sobre como será albergado o ambiente de produção do SIT-IVA.

2.2.7 Aquisição de equipamento informático, de escritório e rolante

Situação actual

Continua em curso o processo para aquisição de equipamento informático para os novos funcionários da DI a cargo da AFAP/Banco Mundial, bem como o processo de aquisição das 7 motorizadas e de uma carrinha, esta destinada aos serviços da Ilha do Príncipe.

Perspectivas

Perspectiva-se que o BM conclua os seus procedimentos e faça a entrega dos equipamentos informáticos e material rolante no decorrer do 3º e 4º trimestre.

2.2.8 Formação

Situação actual

Foi efectuada uma formação ministrada por uma TAT de Portugal, que beneficiou o conjunto de funcionários da DI, que estão alocados ao IVA.

Perspectivas

Perspectiva-se que, durante o 3º e 4º trimestre, se realizarão acções de formação sobre o IVA, com financiamento do Banco Mundial, a serem ministradas por técnicos da Direcção Nacional de Receitas do Estado de Cabo Verde.

2.2.9 Comunicação

Situação actual

Os suportes da campanha de comunicação foram finalizados pela DI. No trimestre, foram colocados, no website da Direcção dos Impostos, conteúdos relativos à iminente entrada em vigor do IVA. Também, nos 23 ecrans disponíveis ao público, na Direcção dos Impostos, estão a ser veiculados conteúdos informativos sobre matéria fiscal, obrigações fiscais e a entrada em vigor do IVA, bem como sobre informações gerais sobre os diversos aspectos do IVA

Perspectivas:

A DI entregará à AFAP os suportes da campanha de comunicação, produzidos internamente, devendo a reprodução dos suportes e a sua difusão, em outros meios de comunicação social, serem financiados pelo Banco Mundial, a partir do 3º e 4º trimestre.

Melhoria da Gestão da Receita

2.3.1 Implementação do regime de facturação obrigatória (e-factura)

Situação actual

Durante o 2º trimestre, foram emitidas notificações aos contribuintes de modo a efectuarem o cumprimento das suas obrigações.

2.3.5 Upgrade do Sistema de Gestão dos Impostos

Situação actual

Houve uma decisão de se incluir o financiamento do *upgrade* do Sistema integrado de Gestão de Impostos no âmbito do futuro projecto PAGEF II, que será financiado pelo BAD.

Perspectivas:

O arranque desta actividade deverá ocorrer apenas em 2023.

Auditoria Eficaz

2.6.1 Definição de critérios de Auditoria

Situação actual

Não foi possível fazer aprovar o Manual de Auditoria Interna da DGA, dado que o Gabinete Jurídico do Ministério das Finanças, que o estava a apreciar, remeteu-o para um parecer adicional da Inspeção-Geral das Finanças.

Perspectivas:

Espera-se a aprovação, no 4º trimestre do ano 2022, do Manual de Auditoria Interna da DGA, o que irá permitir uma melhor percepção dos conceitos de auditoria interna e a sua aplicabilidade nos diferentes serviços aduaneiros, em termos de procedimentos, legalidade e conformidade.

2.6.4 Manual de procedimentos

Situação actual

Tendo em conta os desafios enfrentados pela DI, os trabalhos de elaboração de um Manual de Procedimentos foram adiados e terão continuidade num futuro próximo.

Volume de atrasados conhecidos e controlados

2.7.3 Desenvolvimento de procedimentos de controle

Situação actual

O Governo, na sequência da autorização legislativa concedida para aprovar medidas excepcionais de incentivo ao pagamento de dívidas em atraso, aprovou e publicou o Decreto-Lei nº16/2022 sobre Medidas de Carácter Excepcional de Incentivo ao Pagamento de Dívidas Fiscais em Atraso.

Este processo será gerido por uma Comissão, instituída pela DI, que está a publicitar a publicação do diploma e seus aspectos essenciais nos órgãos de comunicação social e nos ecrãs da DI.

Perspectivas:

Prevê-se a implementação das medidas previstas pelo novo Diploma legal, bem como a continuidade da sua publicitação, nomeadamente através do website da DI.

PO.3 - Melhoria da Gestão da Dívida Pública e da Tesouraria

O Programa operacional tem como objetivo melhorar a gestão da dívida pública, de modo a garantir uma gestão eficiente desta, com custos mais baixos para serviço da dívida e minimizando os riscos fiscais, bem como a melhoria da gestão de tesouraria para assegurar um controlo eficaz das despesas.

Programa Operacional 3 - Objectivo e Produtos

Objectivo estratégico: Gestão da Dívida Pública e da Tesouraria Melhorada

Produtos do Programa Operacional:

#	Produto	Status de execução
Produto 1	Instrumentos do quadro legal da dívida operacionais	Atraso
Produto 2	Gestão da dívida reforçada	Atraso menor
Produto 3	Gestão da tesouraria reforçada	Atraso

Durante o período, para a consecução dos produtos foi executado o conjunto de acções integradas nas componentes seguintes:

Modernização da Gestão da dívida pública

3.1.2 Melhoria das operações

3.1.2.1 Emissão e Gestão da dívida

Situação actual

Os regulamentos que prescrevem o funcionamento do Comité Nacional e o Comité Técnico, previstos pela Lei da Dívida não foram aprovados.

Perspectivas:

Espera-se que os regulamentos possam ser aprovados após a tomada de posse do novo Governo.

3.1.3 Sistema de Informação para a Gestão da Dívida

3.1.3.1 Elaboração dos TdR's do sistema de informação e de gestão da dívida

Situação actual

Os trabalhos de desenvolvimento dos requisitos do sistema estão dependentes do avanço do processo de contratação do consultor para o desenvolvimento do sistema.

Perspectivas

Espera-se que, na sequência da contratação do consultor, os trabalhos de finalização das especificações técnicas das demais fases possam ser finalizados.

3.1.3.2 Desenvolvimento do sistema de Gestão da Dívida

Situação actual

Esta actividade não avançou durante o trimestre, tendo em conta que não houve evolução na contratação do consultor programador.

Perspectivas

Espera-se finalizar a contratação do programador no 4º trimestre do ano 2022.

Tesouraria

3.2.1 Elaboração de um Manual de Procedimento para a DT

Situação actual

O Diploma legal contendo o novo Regime de Tesouraria foi aprovado pelo Governo, mas ainda não foi publicado.

Perspectivas

Prevê-se a sua publicação durante o ano de 2023.

3.2.1.4 Controlo das Contas da Administração Central

Situação actual

Continuou-se a efectuar um controlo regular das contas bancárias em bancos comerciais, tendo-se dado continuidade ao encerramento das contas bancárias inactivas.

3.2.3 Gestão da Tesouraria

3.2.3.1 Manual de Procedimentos de Gestão da Tesouraria

3.2.3.3 Elaboração do modelo e sistema de Gestão de Tesouraria

Situação actual

As discussões com o BM sobre a continuidade destas duas actividades não foram concluídas. Entretanto, a DITEI submeteu para financiamento do BM um projecto de sistema de Gestão de Tesouraria.

Perspectivas

Prevê-se que, no final do 3º trimestre, se possa concluir as discussões permitindo avançar com a execução destas duas actividades.

3.2.3.4 Ligação electrónica entre SAFE-e e BCSTP

Situação actual

Decidiu-se avançar com a procura de uma solução alternativa à anteriormente prevista, “*Real-Time Gross Settlement*”, estruturada em 2 momentos, sendo o primeiro a definição dos requisitos da ligação e, o segundo, o desenvolvimento da ligação entre a DT e o BCSTP.

Perspectivas

Aguarda-se a definição dos requisitos para se decidir o formato do desenvolvimento.

PO.4 - Elaboração dos mecanismos de monitoria e de Governança das Entidades Extra-orçamentais e Empresas Públicas

Este Programa operacional tem como objetivo criar as condições para a melhoria da governança estratégica e operacional das entidades extra-orçamentais e das empresas públicas.

Programa Operacional 4 - Objectivo e Produtos

Objectivo estratégico: Monitoria e Governança das Entidades Extra-orçamentais e Empresas Públicas reforçada

Produtos do Programa Operacional:

#	Produto	Status de execução
Produto 1	Monitoria e Governança das Entidades Empresas Públicas melhorada	Atraso Substancial
Produto 2	Monitoria e Governança das Entidades Extra-orçamentais melhorada	Atraso Substancial

Durante o período, para a consecução dos produtos foi executado o conjunto de acções integradas nas componentes seguintes:

Governança Reforçada das EP's

4.1.2 Reforma do quadro legal e institucional das EP's

Situação actual

Tendo em conta a desistência da consultora e após reuniões junto a AFAP/BM, sobre os mecanismos para reactivação desta AT à DT, decidiu-se avançar com a contratação da empresa PricewaterhouseCoopers (PwC), tomando em consideração o “know-how” que possui sobre as EP's, isto pelo facto de ter efectuado as auditorias das contas das 4 EP's, respeitantes aos exercícios de 2017 e 2018, tendo, igualmente, elaborado um memorando de conclusões de auditorias, bem como um plano de transformação. Assim, efectuou-se ajustes aos TdR iniciais, que foram partilhados com a AFAP para melhorias.

Igualmente, visando aprofundar as discussões neste domínio, a Assistência Técnica ao GARFIP realizou um seminário sobre a Governança das Empresas Públicas, dirigido aos técnicos da DT, dirigentes das EP's, TC, AN e demais sectores do MPFEA.

Perspectivas

Espera-se finalizar as discussões com o BM sobre a modalidade de continuidade da consultoria durante o 3º ou 4º trimestre deste ano.

4.1.3 Assistência Técnica à equipa de seguimento das EP's

Situação actual

Tendo em conta o facto de a consultora contratada pela AFAP ter desistido do contrato, a DT beneficiou de uma acção de formação, ministrada pela Assistência Técnica ao GARFIP,

Esta acção de formação visou a utilização da ferramenta denominada *State-owned Enterprise Health-check* do FMI, que permite avaliar a situação financeira das EP's e que faz parte integrante da avaliação de risco executada no âmbito do FRAT. Este exercício beneficiou da publicação, pelo FMI, de um *paper* denominado "Avaliar os riscos fiscais e as suas implicações para o sector energético e considerações climáticas". Igualmente, com o apoio da AT ao GARFIP, discutiu-se o formato e a estrutura do relatório sobre a situação das EP's que deverá ser publicado regularmente pela DT.

No período, foi confirmada a disponibilidade do Fundo Monetário Internacional em apoiar a DT, através de uma formação específica para a utilização da ferramenta acima referida.

Perspectivas

Nos próximos 2 trimestres espera-se a continuidade do apoio técnico à DT, através da realização de uma acção de formação aprofundada na utilização da ferramenta *State-owned Enterprise Health-check*, a ser ministrada pelo FMI.

Espera-se que no 4º trimestre, a DT possa publicar um primeiro *draft* do relatório sobre a situação das EP's para o ano de 2021, com o apoio da assistência técnica ao GARFIP.

4.1.5 Auditoria às Empresas Públicas

Situação actual

Durante o segundo trimestre, a Direção do Tesouro recepcionou os relatórios e contas, não auditados, relativos ao exercício de 2021 de três EP's (EMAE, ENAPORT e CORREIOS), ficando em falta a ENASA.

Perspectivas

Espera-se a recepção dos Relatórios e Contas da ENASA, bem como o conhecimento das melhores práticas/metodologias que poderão advir através da formação prevista com a contratação da nova AT.

Governança e Monitoria das Entidades Extra-Orçamentais

4.2.1 Formalizar a equipa responsável

Situação actual

Não se avançou no trimestre com a formalização da equipa de monitorização das entidades extra-orçamentais.

Perspectivas

Tendo em conta o momento, esta actividade será executada em 2023.

PO.5 - Optimização da gestão do Investimento

O Programa operacional visa aumentar o “Value for Money” dos investimentos públicos, através da criação da infraestrutura legal, operacional e tecnológica da Gestão do Investimento Público.

Programa Operacional 5 - Objectivo e Produtos

Objectivo estratégico: Gestão do Investimento Público Melhorada

Produtos do Programa Operacional:

#	Produto	Status de execução
Produto 1	Sistema de Investimento Público aprovado	Atraso
Produto 2	Seleção, orçamentação, e revisão independente da avaliação de projectos	Atraso
Produto 3	Gestão, execução e monitoria do investimento	Atraso

Durante o período, para a consecução dos produtos, foi executado um conjunto de acções, apresentadas nas componentes seguintes, mas a gestão do investimento público não foi melhorada, pela falta de institucionalização do quadro institucional e de um sistema electrónico de gestão (e-SNIP) operacional e descentralizado.

Quadro Institucional do sistema de Investimento público reforçado

5.1.2 Legislação sobre o Sistema Nacional do Investimento Público (SNIP) aprovada

Situação actual

Desde o 15 de marco de 2022, a proposta da lei do Sistema Nacional de Investimentos Públicos, (SNIP), bem como o seu regulamento encontra-se no Gabinete do Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul, para efeito de análise e submissão ao Conselho dos Ministros, e posterior aprovação pela Assembleia Nacional (AN).

Perspectivas

O objectivo de aprovação dos instrumentos legais (lei e regulamento) antes do fim desta legislatura, de modo que se possa efectivar os próximos passos para a criação do Sistema Nacional de Investimentos Público é dificilmente alcançável.

5.1.2.2 Estatutos orgânicos dos Gabinetes de Estudo e Planeamento (GEP's) elaborados (RAP e Câmaras)

Situação actual

Esta actividade ainda não foi realizada. Os encontros com os sectores para elaborar os TdR para contratação de um jurista que prepararia esses estatutos também não foram realizados.

Perspectivas

A Direcção do Planeamento com o apoio do GARFIP e a sua assistência técnica retomarão estes trabalhos no início da nova legislatura.

Qualidade dos projetos de investimento melhorada

A qualidade dos projectos de investimento não foi melhorada, pela falta de aprovação do quadro regulamentar e também pela falta de disseminação e utilização do manual de formulação e avaliação dos projectos de investimento público.

5.2.1 Metodologia Geral uniformizada/padrão para a formulação e avaliação de projetos

Situação actual

O Manual de Formulação e Avaliação de Projectos de Investimento Públicos foi elaborado e apropriado pela Direcção do Planeamento. Todavia, a sua disseminação junto aos restantes sectores e a operacionalização está pendente.

Também, a existência de várias metodologias poderá criar confusão sobre qual a metodologia a ser utilizada pelos sectores, sem não se proceder à devida clarificação, disseminação e uniformização do manual de metodologia geral para a formulação, avaliação e seleção/priorização dos projectos de investimento.

Perspectivas

A DP com o apoio do GARFIP e a sua assistência técnica iniciaram os trabalhos necessários para a formalização do quadro institucional e a disseminação das metodologias, apresentadas acima. Este processo poderá também incluir a elaboração de TdR para a contratação de um consultor, para a disseminação das metodologias para a formulação e avaliação de projectos, conjuntamente com os especialistas da DP.

5.2.1.1 Integração das Mudanças climáticas e Género na preparação e avaliação de Projetos

Situação actual

A Direcção do Planeamento dispõe de uma versão preliminar do Relatório para a Integração das Mudanças climáticas e Género.

Perspectivas

No 3º trimestre, ir-se-á avançar com a validação, conjuntamente com os técnicos sectoriais, do relatório preliminar.

5.2.2 Elaboração de 4 Metodologias Sectoriais complementares de elaboração e avaliação de projetos

Situação actual

As quatro metodologias foram submetidas para análise e comentários, pelos sectores respectivos, embora com resultados mitigados, tendo havido feedback apenas do sector da saúde.

Perspectivas

Espera-se que os sectores finalizem a validação das 4 metodologias, até ao fim do 3º trimestre.

5.2.3.1 Elaboração da Metodologia para a gestão e a priorização dos projetos

Situação actual

Durante o 1º trimestre, foi entregue, à Direcção do Planeamento, a matriz de priorização e gestão de projectos.

Perspectivas

Prevê-se que no 3º trimestre, a Direcção do Planeamento irá analisar a pertinência da matriz, passando-se de seguida à discussão com os sectores.

5.2.3.2 4 Estimação dos parâmetros para avaliação dos projetos

Situação actual

Esta actividade não foi realizada.

Perspectivas

Apesar da necessidade de estabelecer os parâmetros para a avaliação, seleção e priorização dos projectos o quanto antes, esta actividade será iniciada após a aprovação da lei SNIP. Os marcadores de género e climáticos poderão fazer parte dos parâmetros.

5.2.4 Plano de reforço de capacidade na metodologia de investimento Público (PIM)

Situação actual

Embora, os técnicos da DP tenham beneficiado de uma formação no ano de 2021, os técnicos dos demais sectores não foram formados.

Perspectivas

Aguarda-se, por parte da DP, a elaboração e a implementação de um plano estruturado, direccionado para o processo de implementação do SNIP e que abarque as necessidades de todos os sectores.

Sistema de M&A funcional

5.3.3 Implementação de Sistema de Informação M&A

5.3.3.1 Sistema de informação para o seguimento dos ODS

Situação actual

Durante o trimestre, continuou-se o carregamento da base com os indicadores socio-económicos, que já se ser acedidos através de consulta on-line no site www.stpdados.info e também pela via de um aplicativo móvel, disponível na *Playstore*.

Perspectivas

Durante os 2 próximos trimestres, iniciar-se-á a capacitação dos técnicos das diferentes instituições do Estado, começando pelos técnicos do MPFEA e algumas DAF's, sendo que, subsequentemente, se alargará a formação ao público em geral, nomeadamente às universidades e outras instituições de ensino. Em suporte a esta capacitação/formação de utilizadores efectuar-se-á uma campanha de divulgação da Base de Dados nos medias.

Alocação de Recursos optimizada

5.4.3 Priorização de projectos melhorada

5.4.3.1 e-SNIP criado

Situação actual

A primeira tentativa para a elaboração de um e-SNIP, com o apoio do BM não foi finalizada com sucesso. O Governo não dispõe dos recursos necessários e continua-se o processo de procura de financiamentos externos.

Perspectivas

A DP submeterá, no próximo trimestre, um pedido de financiamento à NDC *Partnership* e com o apoio do GARFIP sensibilizará os parceiros externos sobre a importância deste sistema para a gestão dos investimentos públicos e à optimização da alocação de recursos.

Quadro Global da APD melhorado

5.5.1 Diagnóstico dos instrumentos e mecanismos da APD

Situação actual

Não houve avanços em relação ao projecto neste trimestre.

Perspectivas

Nos próximos trimestres, a Base de Dados estará disponível online sobre a responsabilidade do DITEI, bem como está prevista capacitação para gestores da Base de Dados para 15 técnicos.

Dever-se-á mobilizar recursos para aquisição de equipamentos informáticos, mobiliários para instalação da equipa de administração da Base de Dados e meio rolante para mobilidade, tendo em conta que o QIR termina em Novembro e não tem disponibilidade financeira para tal.

PO.6 - Melhoria da execução orçamental e Alargamento da abrangência dos controlos internos e da auditoria interna

O Programa operacional visa reforçar os sistemas de gestão financeira pública para a obtenção de uma maior disciplina e credibilidade orçamental, bem reforçando e tornando funcionais o quadro de controlos e auditoria internos.

Programa Operacional 6 - Objectivo e Produtos

Objectivo estratégico: Execução orçamental, mecanismo de controlo e auditoria internos eficientes

Produtos do Programa Operacional:

#	Produto	Status de execução
Produto 1	Sistemas de informação Financeira e aquisições eficientes e integrados	on-track
Produto 2	Controlos Internos reforçados	on-track
Produto 3	Qualidade da auditoria reforçada	on-track

Durante o período, para a consecução dos produtos foi executado o conjunto de acções integradas nas componentes seguintes:

Melhoria do mecanismo de controlos internos

6.1.4 Capacitação das DAF's e dos integrantes da cadeia da despesa

Situação actual

No quadro do financiamento do projeto Pro-PALOP/TL foi adjudicada a realização da acção de capacitação das DAF's.

Perspectivas

Perspectiva-se que no 3º trimestre poder-se-á realizar a acção de formação.

Controlo de despesas salariais eficiente

6.2.2 Extensão do sistema de pagamento dos salários para a Administração Pública

Situação actual

Durante o período não foi possível efectuar a inter-ligação entre o sistema de salários da DO e o sistema de Gestão dos Recursos Humanos (SRH) da Administração Pública.

Perspectivas

Espera-se que, durante o ano de 2023, se possa dar continuidade a esta actividade.

6.2.3 Extensão do sistema de pagamento às DAF's ministeriais e ao Tribunal de Contas (para efeitos de visto)

Situação actual

Neste trimestre, não foi possível concretizar a extensão do sistema de pagamento dos salários às DAF's.

Perspectivas

O processo de extensão deverá acontecer durante o ano de 2023.

Abrangência da auditoria interna alargada

6.6.4 Qualidade das auditorias internas melhorada

6.6.4.1 Reforço da capacidade em auditorias temáticas e de desempenho

Situação actual

Durante o trimestre deu-se continuidade à execução de 5 (cinco) das 11 auditorias planificadas, estando três em fase de contraditório e as demais duas em fase de conclusão.

Para fazer face à insuficiência de equipamentos informáticos para cumprir com as suas atribuições foram elaborados TdR, visando a sua aquisição com recurso ao financiamento do projeto Pro-PALOP/TL.

Perspectivas

No 3º e 4º trimestres prevê-se concluir o programa de auditorias de 2022, bem como deverão ser entregues os equipamentos a serem financiados pelo Pro-PALOP/TL, que permitirão a melhoria da intervenção da IGF.

6.6.5 Desenvolvimento de um sistema de gestão das auditorias e seguimento de recomendações (IGF-TC)

6.6.5.3 Desenvolvimento do sistema

Situação actual

O sistema de gestão das auditorias e seguimento das recomendações (SGR) foi entregue à IGF. Neste trimestre, após o início dos trabalhos de cadastramento, no SGR, dos relatórios definitivos, de modo a poder-se fazer o acompanhamento do cumprimento das recomendações, dos últimos 3 (três) anos, 2021, 2020 e 2019, verificou-se a necessidade de melhorias pontuais ao sistema, bem como identificou-se o facto do mesmo não conter um módulo que permita o seguimento temporal das recomendações.

Efectuaram-se reuniões de trabalho entre a IGF, o GARFIP, o consultor, que desenvolveu o SGR, e a equipa de AT ao GARFIP, de modo a identificar a modalidade de melhoria das inadequações detectadas, no quadro do desenvolvimento de um módulo para o seguimento das recomendações dimanadas pelo TC e pela AN, aquando da emissão do parecer sobre a CGE e a sua aprovação, respectivamente.

Perspectivas

Prevê-se, durante o 3º trimestre, o desenvolvimento dos TdR's para a elaboração do novo módulo de seguimento das recomendações sobre as CGE's, bem como a contratação do consultor para o efeito.

Sistema de Aquisições e Património melhorado

6.7.1 Quadro legal, procedimental e organizacional

6.7.1.1 Revisão e actualização da Lei das Licitações

6.7.1.2 Elaboração dos regulamentos de suporte à Lei

6.7.1.6 Actualização dos Estatutos do COSSIL

Situação actual

A proposta de Lei das Licitações Públicas, os Documentos de Licitação revistos e ajustados, bem como o Estatuto Orgânico do COSSIL e o Manual de Procedimento estão na posse do Governo e deverão ser encaminhados à Assembleia Nacional na próxima legislatura.

Perspectivas

O pacote legislativo só será aprovado pela Assembleia Nacional no decurso da próxima legislatura.

6.7.1.7 Plano Estratégico da Contratação Pública

Situação actual

Não foi possível durante o 2º trimestre o lançamento do concurso para a selecção do consultor que elaborará o Plano estratégico da Contratação Pública e que será financiado pelo Banco Mundial.

Perspectivas

Espera-se iniciar o processo de selecção do consultor antes do fim do 4º trimestre de 2022.

6.7.1.8 Estratégia da Contratação Pública electrónica (*e-procurement*)

Situação actual

Durante o mês de Abril não foi possível a realização de um workshop visando a recolha de subsídios para a finalização da Parte I (proposta de modelo de negócios) da Estratégia, bem como a recolha de elementos para a definição do Roteiro e Plano de Acção para a implementação do e-procurement.

Perspectivas

Prevê-se a realização, em Julho, do workshop sobre a Estratégia Nacional e Plano de Acção para a Contratação Pública Electrónica, devendo esta ser finalizada até ao 4º trimestre.

6.7.4 Desenvolvimento de um website de suporte ao COSSIL

Situação actual

O website do COSSIL está operacional, não tendo ainda sido lançado oficialmente.

Perspectivas

Espera-se que o lançamento oficial do site aconteça durante o 4º trimestre de 2022.

6.7.5 Sistema de Património melhorado

6.7.5.1 Elaboração dos TdR para o sistema de informação do Património

Situação Actual

O Banco Mundial informou que não existe disponibilidade financeira para o financiamento da actividade.

Perspectivas

Dever-se-á continuar as démarches para encontrar o financiamento desta actividade junto a outros parceiros.

Sistemas de informação funcionais

6.8.1 Melhoria dos sistemas de informação de suporte à execução orçamental

6.8.1.2 Validação do modelo de sistema de informação para a gestão orçamental

Situação Actual

O MPFEA decidiu solicitar uma AT ao FMI, que apoie no processo de tomada de decisão sobre as opções de upgrade do SAFE-e, e que são: (i) fazer o upgrade do SAFE-e, (ii) manter a base de dados e fazer o upgrade da camada aplicacional para um outro software, ou (iii) desenvolver um novo sistema de informação,

Esta AT deverá desenhar os casos de uso do sistema de informação e, com base neles, dever-se-á efectuar a decisão sobre qual a opção ou conjunto de opções a seleccionar.

Perspectivas

No 3º trimestre ir-se-á submeter o pedido de AT ao FMI.

6.8.2 Reforço da capacidade em tecnologias de informação e em infraestruturas tecnológicas

6.8.2.3 Aquisição de equipamentos informáticos, de comunicação e de segurança

Situação Actual

Não foi possível o lançamento de concurso para aquisição equipamentos de refrigeração e banco de baterias.

Perspectivas

O processo deverá ser terminado no início do ano de 2023.

PO.7 - Contabilidade e Relato Financeiro (incluindo as prestações de Contas dos Governos Subnacionais)

O Programa operacional visa aumentar a *accountability* e a transparência da informação orçamental, através de um sistema adequado de contabilidade e relatórios, reforçando a transparência orçamental através de um melhor acesso do público aos principais elementos de informação orçamentais e aumentando a compreensão do orçamento por parte dos cidadãos.

Programa Operacional 7 - Objectivo e Produtos

Objectivo estratégico: Contabilidade e Relato Financeiro fiáveis

Produtos do Programa Operacional:

#	Produto	Status de execução
Produto 1	Cobertura e a qualidade dos relatórios financeiros acrescida	Atraso
Produto 2	Utilização de normas internacionais	Atraso
Produto 3	Informação financeira atempada	Atraso

Durante o período, para a consecução dos produtos foi executado algumas acções integradas nas componentes seguintes:

Melhoria da qualidade da informação produzida

7.2.1 Normas de Contabilidade modernizadas

7.2.1.2 Quadro de transição/adaptação para as IPSAS

Situação actual

Não houve uma decisão sobre o modelo de contratação da AT para o desenvolvimento de um plano/roteiro para a implementação das IPSAS em STP.

Perspectivas:

Perspectiva-se que a decisão de contratação possa ter lugar no 3º trimestre de 2022, permitindo utilizar o financiamento do projeto Pro-PALOP/TL.

7.2.1.4 Formação nas IPSAS

Situação actual

Realizou-se em Cabo Verde, entre 29 de junho e 1 de Julho, a 1ª Comunidade de Práticas dos Ministérios das Finanças e Plano – no domínio do Orçamento Programático e Contabilidade Patrimonial, organizado pelo Projecto Pro PALOP/TL, visando a troca de experiências entre pares e o acesso às melhores práticas no domínio da contabilidade patrimonial.

7.2.3 *Passagem para o Manual de Estatísticas das Finanças Públicas 2014 (MEFP 2014)*

Situação actual

Foi realizado, entre 19 e 23 de Maio, um “Seminário Regional Virtual de Estatística das Finanças Públicas sobre o Tratamento de Dados Contabilísticos de Segurança Social”, visando capacitar os técnicos do MPFEA para a incorporação dos dados da Segurança Social, tendo em conta os requisitos estabelecidos no novo modelo do MEFP 2014.

7.2.3.2 Dados da Administração Local e Fundos de Serviços Autónomos

Perspectivas

Está programada, para o 3º e 4º trimestre, a realização de 2 missões de AT da AFRITAC visando apoiar a integração das informações dos FSA e das CD's nas contas, de acordo com o MEFP 2014.

7.2.6 *Relato financeiro infra-anual com o mesmo nível de detalhe do Orçamento*

7.2.6.1 *Definição do formato da informação.*

Situação actual

Não foi utilizada a nova estrutura dos mapas, com detalhes adicionais no relatório de Execução Orçamental do 1º trimestre.

Perspectivas:

A nova estrutura será utilizada a partir do relatório de Execução Orçamental de 1º trimestre de 2023.

Produção atempada de Relatórios

7.3.2 *Recuperação do atraso na produção das CGE*

Situação actual

Continuou-se os trabalhos de elaboração da CGE de 2021 que, contudo, continuam a enfrentar dificuldades devido à não entrega atempada de informações por parte dos serviços e fundos autónomos, bem como das CD's. Esta situação provém do facto de várias das contas destas instituições ainda não terem sido aprovadas pelos respectivos órgãos competentes.

Visando a melhoria do processo de elaboração das contas e no quadro de uma reflexão levada a cabo internamente, concluiu-se pela necessidade de rever a metodologia de elaboração da CGE de modo que mesma seja mais célere e efectiva. Para o efeito pretende-se contratar uma AT que apoie a DCP neste processo.

Perspectivas:

Perspectiva-se que nos dois próximos trimestres i) se dê continuidade dos trabalhos relativos à entrega da CGE 2021 e ii) se efectue a elaboração de TdR's para a contratação de uma AT para revisão da metodologia de preparação da CGE.

PO.8 – Reforço do escrutínio Parlamentar e da auditoria externa

O Programa operacional visa a melhoria da qualidade da auditoria externa, o reforço da capacidade da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças do Parlamento para a supervisão e escrutínio orçamental e o reforço da capacidade das Organizações da Sociedade Civil para a supervisão do orçamento, e para o diálogo e a participação nas questões relacionadas com a governação das finanças públicas.

Programa Operacional 8 - Objectivo e Produtos

Objectivo estratégico: Escrutínio e auditoria externa efectivos

Produtos do Programa Operacional:

#	Produto	Status de Execução
Produto 1	Qualidade da auditoria externa ampliada	on-track
Produto 2	Seguimento das recomendações da auditoria externa reforçado	atraso
Produto 3	Escrutínio parlamentar efectivo	on-track

Durante o período, para a consecução dos produtos foi executado o conjunto de acções integradas nas componentes seguintes:

Qualidade e cobertura da auditoria externa reforçada

8.1.3 Reforço de capacidade dos auditores

8.1.3.2 Formação para auditorias técnicas/sectoriais/desempenho

Perspectivas

Prevê-se dar continuidade às acções de formação com o financiamento do PRO-PALOP/TL e a participação de técnicos do TC em equipas técnicas da AFROSAI.

Sistemas de informação de suporte da auditoria externa funcionais

8.2.2 Elaboração dos TdR's para o desenvolvimento do sistema de informação

Situação actual

Durante o trimestre procedeu-se à elaboração do TdR para o concurso para o desenvolvimento de módulos para a tramitação processual, nos termos dos procedimentos previstos na Lei n.º 11/2022-Lei Orgânica e de Processos do Tribunal de Contas de STP.

Perspectivas

Durante o 3º trimestre será lançado o concurso para o desenvolvimento dos módulos para a tramitação processual, prevendo-se a selecção da proposta vencedora no 4º trimestre de 2022.

Ainda em 2022, em função da disponibilidade financeira, pretende-se efectuar a reformulação do sistema existente (contabilidade e gestão dos officios) bem como o desenvolvimento do aplicativo para efectuar a gestão de bens patrimoniais.

Cobertura da auditoria aumentada

8.3.4 Parecer sobre as CGE's

Situação actual

O TC continua a proceder à análise das CGE's de 2018 e 2019, cujos trabalhos foram negativamente impactados pela realização dos trabalhos de auditorias às despesas de combate à COVID-19 (cujo relatório foi publicado em Maio de 2022).

Durante o trimestre, desenvolveu-se um TdR para o recrutamento de uma AT para apoiar o TC na finalização dos trabalhos das CGE's 2019 e 2020.

Perspectivas

Espera-se a finalização do parecer sobre a CGE de 2018 no mês de Setembro, após remessa do relatório preliminar ao exercício do contraditório, prevendo-se a finalização do relatório preliminar ao parecer sobre a CGE de 2019, no último trimestre de 2022.

Iniciar-se-á a procura de financiamento para a contratação da consultoria de suporte ao TC.

III. PARFIP II – Execução do Orçamento - T2 de 2022

A informação financeira sobre a execução orçamental do T2-2022 continua sendo um desafio. A execução do orçamento do PARFIP II no 2º trimestre de 2022 sofreu pelo facto de não se poder obter toda a informação dos parceiros de desenvolvimento (nem do Governo), algo sobre o qual se continuará a trabalhar durante o ano em curso. Com o relatório financeiro seguinte pretende-se assim ter uma ideia aproximada dos valores implicados nos processos em cada acção de reformas.

O sistema de relato financeiro para as reformas não está implementado de modo a poder capturar a execução orçamental do período, enquanto as dificuldades de recolha de informação sobre os financiamentos dos parceiros não permite preencher a parte das fontes e da execução orçamental do relatório financeiro das reformas:

FONTES E USOS		2º TRIMESTRE 2022				ANO 2022				TOTAL 2020-2023			
		Previsto		Executado	Var. (%)	Previsto		Executado	Var. (%)	Previsto		Executado	Progr. (%)
		Moeda de origem	STN			Moeda (euros)	STN			Moeda de origem	STN		
I	Fontes												
1	Estado de STP	?		-	0%	389,581	389,581	?	0%	28,846,728	28,846,728	?	0%
2	União Europeia	?		-	0%	250,000	6,125,000	?	0%	400,000	9,800,000	?	0%
3	Banco Mundial (AFAP)	?		-	0%	1,500,000	30,450,000	?	0%	3,320,731	67,410,847	16,386,343	24%
4	BAD	?		-	0%			?	0%	?		?	0%
5	Pro-Palop	?		-	0%	117,000	2,375,100	?	0%	239,381	5,864,832	?	0%
6	PNUD	?		-	0%			?	0%	?		?	0%
Total Recursos		-	-	-	0%	39,339,681	-	-	0%	111,922,407	16,386,343	14.6%	
						Equ. Euros	1,605,701	-		Equ. Euros	4,568,262	668,830	

PARFIP II: Relatório Trimestral das Reformas – T2 2022

FONTES E USOS		2º TRIMESTRE 2022				ANO 2022				TOTAL 2020-2023			
		Previsto		Executado	Var. (%)	Previsto		Executado	Var. (%)	Previsto		Executado	Progr. (%)
		Moeda de origem	STN			Moeda (euros)	STN			Moeda de origem	STN		
II	Usos												
PO B.	Operacionalização do Dispositivo Institucional para a implementação das Reformas												
		90,500	2,217,250	-	0%	362,000	8,869,000	-	0%	564,400	13,827,800	212,496	2%
B.1.	Formalização e operacionalização da equipe nuclear do GARFIP	-	-		0%		-		0%	450,000	11,025,000	212,496	2%
B.2.	Melhoria do quadro jurídico	-	-		0%		-	-	0%	9,400	230,300	-	0%
B.3.	Estabelecimento da nova estrutura para a implementação das reformas	-	-		0%		-		0%	30,000	735,000	-	0%
B.4.	Formação para a implementação das reformas	87,500	2,143,750		0%	350,000	8,575,000		0%	50,000	1,225,000	-	0%
B.5.	Priorização dos programas e das atividades do PARFIP II	3,000	73,500		0%	12,000	294,000	-	0%	25,000	612,500	-	0%
PO 1.	Melhoria da qualidade do planeamento a médio prazo e orçamentação	12,220	299,390	N/D	0%	48,880	1,197,560	-	0%	349,378	8,559,761	-	0%
1.1.	Processo de elaboração do orçamento melhorado	10,970	268,765		-100%	43,880	1,075,060		0%	106,378	2,606,261	-	0%
1.2.	Previsões macro-fiscais sólidas	-	-		0%	-	-		0%	110,000	2,695,000		0%
1.3.	QDMP global	1,250	30,625		-100%	5,000	122,500		0%	133,000	3,258,500	-	0%
PO. 2	Melhoria da processo de arrecadação e gestão da receita	197,350	4,835,075	N/D	0%	789,400	19,340,300	-	0%	3,122,202	76,493,940	11,717,343	15%
2.1.	Modelo de gestão com base em resultados	44,350	1,086,575		-100%	177,400	4,346,300		0%	315,800	7,737,100	11,717,343	151%
2.2.	IVA	70,000	1,715,000		-100%	280,000	6,860,000		0%	1,671,402	40,949,340	-	0%
2.3.	Melhoria da gestão da receita	50,000	1,225,000		-100%	200,000	4,900,000		0%	420,000	10,290,000		0%
2.4.	Plano de Comunicação (Contribuinte Informado)	-	-		0%	-	-		0%	150,000	3,675,000		0%
2.5.	Gestão de risco operacional	15,000	367,500		-100%	60,000	1,470,000		0%	270,000	6,615,000		0%
2.6.	Auditoria eficaz	18,000	441,000		-100%	72,000	1,764,000		0%	132,000	3,234,000		0%
2.7.	Volume de atrasados conhecidos e controlados	-	-		0%	-	-		0%	163,000	3,993,500		0%
PO 3.	Melhoria da gestão da dívida pública e tesouraria	110,620	2,710,190	N/D	0%	442,480	10,840,760	-	0%	785,093	19,234,775	-	0%
3.1.	Modernização da gestão da dívida pública (externa e interna)	72,900	1,786,050		-100%	291,600	7,144,200		0%	590,283	14,461,930		0%
3.2.	Tesouraria	37,720	924,140		-100%	150,880	3,696,560		0%	194,810	4,772,845		0%
PO 4.	Elaboração dos mecanismos de monitoria e de Governança das	99,875	2,446,938	N/D	0%	399,500	9,787,750	-	0%	1,925,121	47,165,468	4,672,857	10%
4.1.	Governança Reforçada nas EP's	79,875	1,956,938		-100%	319,500	7,827,750		0%	1,581,821	38,754,618	4,672,857	12%
4.2.	Governança e Monitoria das entidades extra-orçamentais	-	-		0%	-	-		0%	39,050	956,725	-	0%
4.3.	Sistema de controlo interno funcional	20,000	490,000		-100%	80,000	1,960,000		0%	235,250	5,763,625	-	0%
4.4.	Auditoria interna eficaz	-	-		0%	-	-	-	0%	69,000	1,690,500	-	0%

PARFIP II: Relatório Trimestral das Reformas – T2 2022

FONTES E USOS		2º TRIMESTRE 2022				ANO 2022				TOTAL 2020-2023			
		Previsto		Executado	Var. (%)	Previsto		Executado	Var. (%)	Previsto		Executado	Progr. (%)
		Moeda de origem	STN			Moeda (euros)	STN			Moeda de origem	STN		
PO 5.	Optimização da gestão do Investimento Público	43,375	1,062,688	N/D	0%	173,500	4,250,750	-	0%	563,200	13,798,400	-	0%
5.1.	Quadro Institucional do sistema de planeamento reforçado	23,250	569,625		-100%	93,000	2,278,500		0%	121,000	2,964,500		0%
5.3.	Sistema de M&A funcional	3,500	85,750		-100%	14,000	343,000		0%	362,200	8,873,900		0%
5.4.	Alocação de recursos otimizada	14,125	346,063		-100%	56,500	1,384,250		0%	70,000	1,715,000		0%
5.5.	Quadro global de APD elaborado	2,500	61,250		-100%	10,000	245,000		0%	10,000	245,000		0%
PO 6.	Melhoria da execução orçamental e Alargamento da abrangência dos controlos internos e da auditoria internos)	90,335	2,213,208	N/D	0%	361,340	8,852,830	-	0%	1,452,103	35,576,534	-	0%
6.1.	Melhoria do mecanismo de controlos internos	-	-		0%	-	-		0%	40,000	980,000		0%
6.3.	Gestão do pessoal melhorada	-	-		0%	-	-		0%				
6.5.	Sistema de informação da administração pública funcional	-	-		0%	-	-		0%	189,500	4,642,750		0%
6.6.	Abrangência da auditoria interna alargada	16,148	395,614		-100%	64,590	1,582,455		0%	127,090	3,113,705		0%
6.7.	Sistema de Aquisições e Património melhorado	34,188	837,594		-100%	136,750	3,350,375		0%	510,513	12,507,579	-	0%
6.8.	Sistemas de informação funcionais	40,000	980,000		-100%	160,000	3,920,000		0%	585,000	14,332,500		0%
PO 7.	Contabilidade e do Relato Financeiro (incluindo as prestações de contas dos Governos Sub-nacionais)	35,263	863,931	N/D	0%	141,050	3,455,725	-	0%	149,810	3,670,345	-	0%
7.1.	Melhoria da informação e aumento da cobertura do SAFE-e	8,888	217,744		-100%	35,550	870,975		0%	35,550	870,975		
7.2.	Melhoria da qualidade da informação produzida	14,500	355,250		-100%	58,000	1,421,000		0%	51,760	1,268,120	-	0%
7.3.	Produção atempada de relatórios	11,875	290,938		-100%	47,500	1,163,750		0%	62,500	1,531,250		
PO 8.	Reforço do escrutínio Parlamentar e da auditoria externa	37,084	908,546	N/D	0%	148,334	3,634,183	-	0%	937,870	22,977,815	-	0%
8.1.	Qualidade da auditoria externa reforçada	12,834	314,421		-100%	51,334	1,257,683		0%	334,918	8,205,491		
8.2.	Sistemas de informação de suporte da auditoria externa funcionais	3,000	73,500		-100%	12,000	294,000		0%	235,956	5,780,922		
8.3.	Cobertura da auditoria aumentada	7,500	183,750			30,000	735,000						
8.4.	Capacidade de escrutínio da AN reforçada	10,000	245,000		-100%	40,000	980,000		0%	144,246	3,534,027		
8.5.	Escrutínio das OSC's funcional	3,750	91,875		-100%	15,000	367,500		0%	222,750	5,457,375		
Total Aplicado no PARFIP II		716,621	17,557,215		-100%	2,866,484	70,228,858	-	0%	241,304,838	16,602,696	7%	
										(aprox.)	9,849,177	Euros	

Nota bene: O valor total das reformas em Dobras é aproximativo, devido às várias taxas de câmbio utilizadas para a conversão.

IV. Próximos passos

Os próximos passos para a melhoria da GFP são os seguintes:

1. Dar continuidade ao processo de:
 - (i) actualização da lei SAFE;
 - (ii) reforma das EP's;
 - (iii) implementação efectiva do SNIP e do e-SNIP.
2. Aprofundar a integração da dimensão do género nas Finanças Públicas e iniciar a integração da dimensão mudanças climáticas;
3. Iniciar o processo de definição de um plano de introdução das IPSAS;

Principais Recomendações

Para uma melhoria efectiva da qualidade da GFP no País, recomenda-se:

1. Continuar a execução dos “Ganhos Rápidos” permitindo a implementação de reformas inteligentes, já acordadas com as outras Direcções do Governo e Instituições relacionadas com a GFP;
2. Fortalecer a governança das EP's e capacitar a DT para a análise e seguimento do desempenho (financeiro e operacional) das EP's, permitindo a elaboração de relatórios anuais sobre o sector empresarial do Estado;
3. Utilizar a Instância de Diálogo como um instrumento estratégico para a:
 - d. harmonização dos financiamentos dos parceiros externos e a sua concentração para a obtenção de resultados que melhorarem directamente os indicadores PEFA;
 - e. captação da informação financeira sobre a utilização dos fundos por actividade-trimestre e ano;
 - f. identificação atempada dos financiamentos previstos para os anos orçamentais N+1-2-3, visando a melhoria da informação das propostas orçamentais do OGE e para a elaboração dos Planos de Actividade e Orçamentos do PARFIP II;
4. Fortalecer a equipa da assessoria jurídica do MPFEA para agilizar a aprovação do quadro jurídico da GFP que está pendente.

_____ //